



O trote estudantil em Pernambuco no contexto do regime autoritário (1960-1965)

Andrea Cristiana SANTOS¹
Anaelson Leandro de SOUSA²

Resumo:

O trote estudantil é conhecido como um ritual festivo nas universidades brasileiras, mas, no século XX, teve uma fase contestatória, de confronto ao poder político. Esse momento precisa ser compreendido pelos enlaces da história da mídia, pois o fenômeno tem significados que dialogam com temporalidades distintas e atos memoráveis. Este artigo analisa reportagens e textos de articulistas do *Diário de Pernambuco* a respeito dos trotes estudantis ocorridos em Recife no contexto das práticas de autoritarismo que antecederam o regime civil-militar, instaurado em 31 de março de 1964. Utiliza-se de pesquisa qualitativa e documental com a coleta de dados no jornal, no período de 1960 a 1965. Verifica-se que a repressão aos trotes estudantis decorreu de um pensamento conservador que não tolerava mais as mensagens humorísticas dos trotes, cabendo ao Exército a repreensão e censura prévia à liberdade de pensamento e de expressão dos estudantes.

Palavras-chave: trote estudantil; ditadura civil-militar; memória; história da mídia.

The student hazing in Pernambuco in the context of the authoritarian regime (1960-1965)

Abstract:

Student hazing is known as a kind of festival at Brazilian universities, but of the 20th century, it has been going through a contestatory phase of confrontation with political power. This moment needs to be understood by the link of media history, because the phenomenon has meanings that dialogue with distinct temporalities and memorable acts. This article analyzes reports and texts of writers of the *Diário de Pernambuco* about the student pranks that occurred in Recife in the context of authoritarian practices that precede the civil-military regime, established on March 31, 1964. It uses qualitative and documentary research with data collection in the newspaper, from 1960 to 1965. It appears that the repression of student hazing, resulted from a conservative thought that no longer tolerated the humorous messages of hazing, The Army is responsible for the prior reprimand and censorship of students' freedom of thought and expression.

Keywords: student hazing; civil-military dictatorship; memory; media history.

¹ Professora Adjunta B da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vice-líder do grupo de pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento. *E-mail:* andcsantos@uneb.br

² Professor Assistente B da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), doutorando em Educação da Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA). *E-mail:* anlSouza@uneb.br.





Novatadas em Pernambuco em el contexto del régimen autoritario (1960-1965)

Resumen:

Las novatadas son conocidas como un ritual festivo en las universidades brasileñas, pero en el siglo XX tuvieron una fase contestataria, de confrontación con el poder político. Este momento requiere ser entendido através de los vínculos de la historia de los medios, ya que el fenómeno tiene significados que dialogan con diferentes temporalidades y actos memorables. Este artículo analiza informes y textos de columnistas del *Diário de Pernambuco* sobre las novatadas estudiantiles ocurridas en Recife en el contexto de prácticas autoritarias que precedieron al régimen cívico-militar, instaurado el 31 de marzo de 1964. Utiliza investigación cualitativa y documental con recolección de datos del periódico, de 1960 a 1965. Parece que la represión de las bromas estudiantiles resultó del pensamiento conservador que ya no toleraba los mensajes humorísticos de las novatadas, siendo el Ejército el responsable de la amonestación y censura previa a la libertad de pensamiento y expresión de los estudiantes.

Palabras clave: novatadas; dictadura cívico-militar; memoria; historia de los medios.

Introdução

O ato do escárnio em relação a alguém ou algo é antigo e antecede as cerimônias estudantis de recepção aos neófitos no ambiente universitário. Ao discutir os prazeres falsos e verdadeiros de uma “vida boa”, Platão (428-348 a.C) identificou dois tipos de pessoas: as que são submetidas aos trotes e são “naturalmente fracas”, incapazes de defesa e qualificados de ridículos; e as que são “capazes de vingar-se”, os chamados fortes e temíveis (Platão, 1975, p. 55). Na voz de Sócrates, Platão traz indícios de que a prática de rituais de violência na recepção dos novatos, nas universidades, evidencia a questão de que há um sentimento de prazer na dor do outro.

Em uma referência a Academia de Atenas é narrado um trote em estudantes do curso de retórica no século 350 d.C, no qual os estudantes veteranos controlavam os noviços, “colocando-os em suas mãos voluntariamente ou à força. Este comportamento era típico do ambiente ateniense e era meio sério, meio jocoso” (Blázquez, 2001, p. 615, tradução nossa). O novato participava de um jogo de perguntas e respostas e, ao ser bem sucedido na comprovação de sua capacidade, era incorporado ao grupo.

Essas referências nos impelem a buscar entender o trote estudantil como um ritual que precisa ser compreendido pelos enlaces da história da mídia, pois o fenômeno tem teias de significação que dialogam com temporalidades distintas e atos memoráveis. Deslocando esse



tema para o século XX, identifica-se que, para cercear os atos dos estudantes, realizados em Recife, capital pernambucana, o Exército brasileiro começou a interferir diretamente na programação desse rito acadêmico. Na primeira metade da década de 1960, os estudantes conviveram com as práticas de autoritarismo e cerceamento à liberdade de expressão nos momentos precedentes à instalação ao regime civil-militar, em 31 de março de 1964.

Quando Platão (1975) identifica que há pessoas que são vítimas de trote e os que se vingam dele, verificam-se similaridades com os acontecimentos ocorridos na década de 1960, quando o *Diário de Pernambuco* narrou a violência do Exército ao destruir, nas ruas centrais do Recife, a réplica de um tanque de madeira que fazia parte do trote dos estudantes da Escola de Engenharia.

Os rastros comunicacionais do episódio de contestação nos trazem indícios para pensar como acontecimentos jornalísticos, aparentemente registros insignificantes, podem instaurar o conflito e levar o pesquisador a tomá-lo como partida de sua reflexão (Farge, 2009). Assim, este artigo analisa os trotes estudantis como espaço de enfrentamento ao autoritarismo, cuja manifestação esteve mais evidente na década de 1960, e culminou com o golpe civil-militar. Para alcançar este objetivo, analisou-se a cobertura que o *Diário de Pernambuco* realizou dos confrontos entre estudantes e militares no período de 1960 a 1965.

Os rastros e vestígios das práticas de autoritarismo presentes no acontecimento nos permitem refletir sobre a dialética da memória, pois as produções textuais não se determinam apenas pela inscrição, armazenamento de informações, elas devem ser compreendidas a partir do que restou, foi apagado ou destruído e/ou de suas lacunas, permitindo reconstituir fragmentos de sentidos, pois as materialidades textuais “são signos duplos no sentido de que atrelam indissociavelmente a recordação ao esquecimento” (Assmann, 2011, p. 225).

O arquivo do *Diário de Pernambuco*³, disponibilizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, permitiu-nos retirar do esquecimento o trote contestatório do segmento estudantil recifense. Assim, a manifestação jocosa dos estudantes conduz o pesquisador de história da

³ O *Diário de Pernambuco* foi fundado no dia 7 de novembro de 1825 por Antonino José de Miranda Falcão. Em 1835, o comendador Manuel Figueiroa de Faria adquiriu o jornal. O conselheiro Rosa e Silva, então vice-presidente da República, assumiu o seu controle em 1901. O jornal foi incorporado, em 1931, aos Diários Associados, do jornalista Assis Chateaubriand, e segue até hoje como o jornal mais antigo em circulação da América Latina (IBGE, s. d).



mídia a refletir sobre os mecanismos de repreensão instaurados pelos militares, pois introduzem no “tempo alegre” da carnavalização, o modo de pensar, com críticas, que desafiaram as autoridades em um período difícil da vida nacional. Para Bakhtin (2000, p. 123) na carnavalização “revogam-se, antes de tudo, o sistema hierárquico de todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc.”.

Nesse sentido, este artigo traz a problemática de que a repressão ao trote estudantil já trazia indícios da instauração do sistema de repressão no país, demonstrando as dinâmicas sociais que sustentaram o golpe civil-militar. Reconstituir esse acontecimento também nos impele a reconhecer personagens singulares, como o segmento estudantil que foi protagonista no transcurso da contestação ao regime. Aparentemente, sob o episódio do riso, o acontecimento retratado no *Diário de Pernambuco* nos fez refletir a respeito das disputas simbólicas entre memória nacional e subterrâneas (Pollak, 1989) a respeito das origens do autoritarismo prevalecente na sociedade brasileira.

Para atender aos objetivos da pesquisa, este artigo utiliza a análise documental, que considera como documento ou “fonte” tudo aquilo que é vestígio do passado e tudo que possa servir como testemunho (Cellard, 2012). O *corpus* desta pesquisa é constituído de 13 textos encontrados no *Diário de Pernambuco* (1960-1965), sendo eles seis notícias⁴, três colunas⁵, duas reportagens⁶, 1 texto-legenda⁷ e 1 editorial⁸.

O artigo está dividido em três momentos: na introdução consta um percurso histórico dos trotes estudantis; em seguida, faz-se uma abordagem a respeito dessa prática contestatória no ambiente universitário, e, por fim, analisa-se o conflito entre estudantes e militares nas ruas

⁴ Na definição de Rabaça e Barbosa (2002, p. 513) a notícia é o “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público”;

⁵ Coluna é uma seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade e geralmente assinada, redigida em estilo mais livre e pessoal (Rabaça; Barbosa, 2002, p. 148);

⁶ Reportagem é o “conjunto das providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: cobertura, apuração, seleção dos dados, interpretação e tratamento (Rabaça; Barbosa, 2014, p. 238);

⁷ Texto-legenda é “o texto que se coloca em uma foto, mostrando, em poucas linhas, o que ela representa” (Erbolato, 1991, p.76);

⁸ Editorial é um “texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos de acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância” (Rabaça; Barbosa, 2002, p. 155).



de Recife (PE). A análise se inscreve no campo da memória a partir da dialética do lembrar e do esquecer, cuja mediação do campo jornalístico se fez presente ao reportar os acontecimentos.

Os trotes estudantis no ambiente universitário

O modelo de universidade, como conhecemos hoje, começou a existir somente a partir do final do século IV e reunia uma multidão de jovens barulhentos e indisciplinados, às vezes frívolos e tramando farsas de mau gosto, causando inquietação às autoridades políticas e policiais. Existe uma “vida estudantil organizada, com seus ritos próprios, a começar pelos trotes, que assinalam a iniciação dos calouros” (Marrou, 1973, p. 338).

Sobre a prática do trote nesse período, Santo Agostinho menciona, no livro *Confissões*, o convívio e a amizade com os estudantes que praticavam esses atos. Santo Agostinho retrata que, apesar de haver relações de amizade, discordava-se “das badernas com que agrediam com arrogância a timidez dos inexperientes, aos quais perseguiram com brincadeiras gratuitas, alimentando suas diversões maldosas” (Agostinho, 2017, p. 74).

As primeiras universidades medievais europeias surgem no século XII como corporações de ofício ou agremiações denominadas *universitas*, no sentido de totalidade. As origens dessas corporações universitárias são obscuras e sua constituição ocorre com lentidão, ganhando poder, prestígio e autonomia, e, “pelo número e a qualidade de seus membros, manifestam um poder que inquieta os outros poderes” (Le Goff, 2006, p. 94).

A universidade medieval reuniu um conjunto de rituais acadêmicos oficiais e não oficiais. O trote era uma cerimônia de “purgação” destinada a despojar o adolescente de seu jeito rústico, animal, pois “o intelectual foi arrancado do clima rural, da civilização agrária, do mundo selvagem da terra” (Le Goff, 2006, p.110).

No Brasil, os trotes começaram a ser registrados com a criação dos cursos de engenharia, medicina e direito nas primeiras décadas do século XIX. O primeiro documento formal sobre o trote no Brasil foi identificado por Souza (2008) na biografia de Duque de Caxias. Trata-se do ofício de 21 de março de 1820, da Academia Real (Escola de Engenharia) endereçado ao Ministério da Guerra, relatando o quadro de indisciplinação de alunos veteranos.

O primeiro jornal brasileiro a noticiar a morte de um estudante em decorrência de trote foi o *Diário de Pernambuco*, em 1831: o veterano Joaquim Serapião de Carvalho esfaqueou o

calouro Cunha Menezes, de 19 anos, filho do Visconde de Rio Vermelho, em uma ladeira da cidade de Olinda, próxima a Faculdade de Direito (Beviláqua, 2012).

Na primeira metade do século XX, com a criação das primeiras universidades federais e centros universitários, nas capitais e no interior do país, o trote aos estudantes passou a ser retratado nos jornais. Devido à proximidade do início do ano letivo com as festas carnavalescas, os trotes atuarão como um prolongamento dessa comemoração momesca, com acentuado tom lúdico e subversivo. Há um empenho em levar a cerimônia acadêmica não oficial para as ruas, o que, em alguns momentos, proporcionou confronto com as forças policiais.

O jornalismo, atento a esses eventos, noticiou, de forma corriqueira, o trote estudantil como acontecimento cotidiano. Nesse contexto, o *Diário de Pernambuco* divulgou os trotes estudantis nas ruas do Recife, no período mais emblemático da história brasileira no século XX: os anos que antecederam o golpe civil-militar (1964-1985).

O agendamento do trote na cobertura jornalística do *Diário de Pernambuco* evoca aspectos da memória coletiva, uma vez que os trotes são práticas sociais que atravessam temporalidades, como demonstrado desde a Grécia aos dias atuais. Halbwachs (2013) afirma que, ao evocarmos o passado, apelamos às lembranças dos outros, e a memória coletiva, representada pelo conjunto do grupo que a construiu, ocorre pelo processo de interação social.

No entanto, Bosi (1994) afirma que o ato de lembrar é uma forma de reviver e isso acontece quando refazemos, reconstruímos e repensamos, com as imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (Bosi, 1994, p. 55).

Bosi evoca a lembrança como uma ação, um trabalho de memória. Semelhante a isso, pode-se refletir que os jornalistas realizam uma operação memorável, pois ao “selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer” (Barbosa, 1996, p. 156). Assim, o profissional de mídia seleciona os relatos que são “perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita” (Barbosa, 1996, p. 156).

Ao cobrir as manifestações estudantis, o jornalista testemunha os acontecimentos, registrando fatos de ordens diversas, configurando sentidos às interações sociais e constituindo atos memoráveis que serão investigados pelos pesquisadores. Como testemunha, o jornalista narra o que “viu ou ouviu, mas não é ele em si mesmo construtor da ação [...] É através da sua narrativa que o leitor se insere no mundo das coisas (Barbosa, 2005, p. 54). A narrativa é, portanto, uma ação que, atravessada pela mediação jornalística, é “retrospectiva, fazendo com que o passado se prolongue no aqui agora” (Barbosa, 2005, p. 54).

É importante destacar ainda que as materialidades jornalísticas sobre os trotes estão envoltas em textualidades – texto, visualidade, sonoridade, discursividade e testemunho histórico –, cuja escritura se desenvolve em uma longa duração (Barbosa, 2010).

Como nos diz Benjamin (1987), olhamos para o passado como se ele fosse uma série de acontecimentos em um contínuo, mas sem perceber que ele pode ser construído a partir das ruínas. Devemos acordar os mortos e juntar os fragmentos. A história como um “objeto de uma construção, cujo lugar não é um tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (Benjamin, 1987, p. 229). Esse tempo saturado de “agoras” nos leva a investigar os rastros de contestação ao regime militar presente nos trotes estudantis, ocorridos em Pernambuco, nos primeiros anos da década de 1960.

O trote como manifestação contestatória ao regime

O protagonismo dos estudantes universitários brasileiros, na primeira metade do século XX, decorre de duas situações: a influência da Reforma Universitária de 1918, em Córdoba, Argentina; e a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para Braggio (2019, p. 7), no “Manifesto de Córdoba”, os estudantes de forma crítica lutaram contra a administração antidemocrática que influenciava a universidade, as formas antiquadas de ensino, a cátedra vitalícia e o conceito de autoridade que entendia os alunos como entidades submissas e receptoras do conteúdo transmitido, sem permitir-lhes a formação como seres pensantes e participativos.

No Brasil, o reconhecimento da organização dos estudantes universitários em entidades como Diretório Acadêmico (DA), para cursos de graduação, e Diretório Central dos Estudantes (DCE), para representação do conjunto delas, surgiu com o Decreto nº 19.851/31, que criou o



Estatuto das Universidades Brasileiras, na Reforma Francisco Campos, de 1931, no governo provisório de Getúlio Vargas. É nessa conjuntura que surgiu a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 11 de agosto de 1937, entidade que atuou social e politicamente nos principais momentos da vida nacional (Brasil, 1931).

Nesse contexto de liberdade e estruturação de entidades estudantis, o trote será usado, além de rito de passagem no acolhimento de novos universitários, como forma de expressão do livre pensamento. Devido às desigualdades sociais e à pouca oferta de vagas no ensino superior, esse perfil de estudante passa a gozar de prestígio, *status* social e poder. Weber (1977) entende que são fenômenos de distribuição de poder em uma comunidade às classes, partidos e grupos de *status*. Este último exerce um tipo de poder marcado pela “satisfação de vaidades”, conquistas coletivas, inserção em outras esferas de poder que têm reconhecimento público, como a mídia e “circuitos acadêmicos” (Weber, 1977, p. 62).

Dessa forma, os estudantes universitários são detentores de capital social, pois estão vinculados a um grupo e detêm “recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos” (Bourdieu, 1998, p. 67).

As características já descritas dos estudantes universitários na primeira metade do século XX são acentuadas no início da década de 1960, com as constantes mudanças no quadro político nacional; o fim do governo de Juscelino Kubistchek, do Partido Social Democrático (PSD); o endividamento interno e externo que levou o Brasil a uma crise econômica; a eleição e renúncia de seu sucessor, Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eleito com o apoio da União Democrática Nacional (UDN); a instabilidade do governo João Goulart (PTB), em suas fases parlamentarista e presidencialista; e o apoio às reformas de base e reforma agrária, que culminou com a deposição em 1964 (Malan, 1995).

Em Pernambuco, a elite conservadora, que dominava o cenário político local desde o Estado Novo, é derrotada por forças progressistas que elegeram para governador Cid Feijó Sampaio (UDN), em 1958, e para prefeito do Recife, Miguel Arraes, eleito pelo Partido Social Trabalhista (PST) e apoiado pela Frente Popular em 1959. Os vencedores dessa aliança eram constituídos por comunistas, socialistas, trabalhistas e liberais, cuja diversidade de pensamentos



não permitia o consenso. Mesmo assim, Arraes conseguiu ser eleito governador em 1962, com apoio das classes populares e aliança com setores da indústria e comércio (Pandolfi, 1984).

Nessa conjuntura política, os estudantes recifenses manifestaram posicionamentos por meio dos trotes de rua, com críticas à sociedade local e destaques aos temas de ordem nacional e internacional. Em fevereiro de 1960, o jornal noticiou o começo da “temporada de trotes universitários”, destacando que os estudantes da Escola de Engenharia empunharam dezenas de cartazes com crítica aos políticos, personalidades sociais e aos diversos problemas, predominando o espírito humorístico que chamou a atenção dos presentes: “Os ‘feras’ de engenharia saíram às 16 horas, de sua Escola, na rua do Hospício, fazendo o passo ao som de uma banda de música, que executou as composições carnavalescas de maior sucesso deste ano” (“Feras” de engenharia [...], 18 fev. 1960, p. 3), com cartazes alusivos a cena política. Cartazes anunciavam: “Engenharia saúda a todos os honestos e políticos” [...]; outro destacava: “[...] no governo de Etelvino houve pau, e na administração Cid está havendo borracha” (“Feras” de engenharia [...], 18 fev. 1960, p. 3).

O cartaz, aparentemente inofensivo, pretende saudar a todos, deixando nas entrelinhas que essas categorias estão em oposição. O outro cartaz demonstra que, enquanto o governo estadual de Etelvino Lins, eleito pelo PSD no período de 1952 a 1955, foi mais intransigente, o de Cid Sampaio (1959-1962) fora permissivo. As metáforas de “pau” e “borracha” estão associadas a um governo conservador e a outro progressista, que não sabe impor ordem.

Na semana seguinte, foi noticiado o evento dos estudantes de medicina, destacando mais uma vez a estética carnavalesca, reproduzindo a brincadeira de mela-mela lançando goma (pó) nas pessoas que observavam o cortejo: “Grande quantidade de pó foi usada, com o que se afastavam as pessoas mais próximas de suas fileiras” (Realizado [...], 26 fev. 1960, p. 3). Apesar das críticas à Assembleia Legislativa, a sociedade recifense e o governo de Juscelino Kubitschek, o jornal destacou as mensagens obscenas dos cartazes: “as piadas imorais substituíram as críticas suaves; e muitas charges continham grafadas poucos termos permissivo [sic] recomendáveis” (Realizado [...], 26 fev. 1960, p. 3).

Em 1962, foi narrado o primeiro embate dos estudantes com as Forças Armadas. Veteranos e calouros da Escola de Engenharia construíram a réplica, em madeira, de um veículo militar de combate e nele desfilaram pelas ruas da cidade com os seguintes cartazes:



“Desarmamento mundial:”, “Elementos para a paz”, e “É um trator, qualquer semelhança é mera coincidência” (Tanques [...], 21 fev. 1962, p. 3). Essa ação inquietou o alto comando militar e, de forma inédita, mobilizou uma operação de guerra a fim de destruir o simulacro de tanque dos estudantes.

Dois tanques e um carro de assalto, conduzindo soldados do Exército, dissolveram parcialmente na tarde de ontem, à rua do Hospício, o “trote” dos vestibulandos da Escola de Engenharia da Universidade do Recife. Um tanque de madeira, que os estudantes conduziam, com críticas às Forças Armadas, foi esmagado por um tanque autêntico (Tanques [...], 21 fev. 1962, p. 3).

É uma situação *sui generis* a ação do Exército brasileiro, que deslocou equipes para interferir em atividade civil, especificamente um trote de calouros. O comandante do IV Exército, general Osmar Soares Dutra, afirmou que os estudantes ignoraram as advertências verbais e de ofício, desfilando com um carro-tanque de madeira, pintado de verde e com dizeres depreciativos, constituindo-se infração à Lei de Segurança Nacional. Além do simulacro de tanque, os estudantes, munidos de uma camioneta vermelha e de alto-falantes, gritavam as expressões “oficiais reacionários”, “golpistas”, “desalmados” e “violentos” (Tanques [...], 21 fev. 1962, p. 3). Fica evidente que a rixa dos estudantes com as Forças Armadas evocava a Campanha da Legalidade, que garantiu a posse do presidente João Goulart em meses anteriores.

As repercussões deste episódio se sucederam com a visita do presidente da UNE, Aldo Silva Arantes, que procurou acompanhar de perto a situação dos universitários recifenses: “Hoje tentei manter um entendimento com o IV Exército, o que não foi possível. Gostaria de esclarecer a posição dos mesmos, em face dos estudantes, procurando um entendimento à respeito dos últimos acontecimentos verificados aqui em Recife” (Une volante [...], 24 fev. 1962, p.6). Também aconteceu a abertura de um inquérito policial-militar sobre o trote na Escola de Engenharia, requisitando os antecedentes criminais dos estudantes que proferiram palavras ofensivas às Forças Armadas (Exército [...], 24 fev. 1962, p.3).

A intervenção militar submeteu a organização dos trotes à censura prévia, com algumas faculdades convidando autoridades civis e militares a observarem os cartazes críticos, como foi o caso dos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Medicina. As instituições tranquilizaram o comando do IV Exército, alegando que os trotes estavam imbuídos de bons propósitos e de respeito às autoridades constituídas. Em 28 de fevereiro de 1962, o fato



principal noticiado sobre o trote foi a ausência do Exército nas ruas (Também sem incidente [...], 28 fev. 1962, p. 5).

Um fato que demonstra que a repressão militar surtiu efeitos foi noticiado em 10 de março de 1962, quando uma comissão de estudantes grevistas da Universidade Rural, que paralisaram as aulas devido a desavenças com o reitor Manoel Rodrigues Filho, foi ao comando do IV Exército comunicar que os motivos da greve deflagrada não estavam ligados a nenhum movimento subversivo. Eles receberam a resposta de que o Exército se manteria absolutamente alheio por não ser de sua competência (Comunicaram [...], 10 mar. 1962, p. 3).

Com os estudantes temendo novos embates com o Exército, os trotes com críticas contundentes diminuíram. Em 7 de fevereiro de 1963, o jornal publicou a imagem de um estudante segurando um cartaz com os seguintes dizeres: “Arraes diz no poste o que o cachorro faz” (O poste [...], 7 fev. 1963, p. 3). A referência é sobre o discurso de posse de Arraes como governador eleito, quando na ocasião subiu em um poste, diante do Palácio das Princesas, na capital. Aqui, o jornal se mostrou seletivo quanto às mensagens do trote, pois Arraes era um político de esquerda.

Antes mesmo da implementação do golpe civil-militar, os trotes estudantis de rua já estavam sob censura prévia. No entanto, outras modalidades de recepção aos calouros ocorreram com mais frequência, principalmente os que possuíam objetivos utilitários e filantrópicos. Poucas semanas após o golpe, o jornal se posicionou em um dos seus editoriais contra os trotes agressivos e enalteceu as vantagens em transformar a doação de sangue⁹ como bom exemplo de recepção aos calouros. “[...] ao invés do trote gozativo, o trote elegante e útil, que marque a solidariedade dos calouros e dos veteranos com alguma coisa digna, que beneficie a coletividade” (Mudança [...], 26 abril 1964, p. 4). O periódico ainda destacou que, em Recife, passeatas foram organizadas “mais para insultar do que para fazer ou comunicar outra coisa qualquer. Caricaturas e cartazes muitas vezes incompatíveis com as mais elementares normas sociais e do respeito público...” (Mudança [...], 26 abril 1964, p. 4).

⁹ Durante o século XX, os jornais impressos noticiaram diversas vezes o fim dos trotes estudantis constrangedores, e, em seu lugar, apresentavam formas mais civilizadas de recepção aos calouros. A partir da década de 1940, no Rio de Janeiro, a senhora Leonora Carlota Osório incentivou os estudantes universitários a praticarem a doação voluntária de sangue como trote estudantil (Obituário, 1996).

Em 1965, os estudantes de medicina resolveram enfrentar a onda de repressão. Se a Faculdade de Direito e as Faculdades de Veterinária e Filosofia realizaram um trote ameno com crítica aos artistas de televisão e a questões internas como o restaurante universitário, na Faculdade de Medicina a ordem era radicalizar diante das proibições. O jornal destacou, em primeira página, o seguinte título: “Trote dos feras dissolvido a pau”. O texto noticiou que o trote de medicina acabou de forma violenta, a golpes de cassetetes, apesar de parte dos participantes cederem à censura policial dos cartazes. Grupos de veteranos teriam promovido, no centro da cidade, a distribuição de boletins de orientação subversiva e atos atentatórios à moral (Trote dos feras[...], 23 fev. 1965, p. 1). Entre os cartazes, liam-se: “O nosso Castelo é evidentemente de areia” e “Agora temos a prova: a Aliança pára o progresso”, com referência expressa ao presidente Castelo Branco e ao projeto político liderado pelos Estados Unidos (Polícia [...], 23 fev. 1965, p. 7).

O aparato policial, que desarticulou o trote e prendeu dezenas de estudantes, mobilizou mais de 200 soldados, oito viaturas e um caminhão. A Secretaria de Segurança Pública, em nota às emissoras de rádio, reconheceu que o trote dos calouros é uma tradição que deve continuar, mas os atos estariam sendo desvirtuados de seus propósitos, sendo missão da instituição “retirar muitas daquelas faixas por incompatíveis com os princípios da moral pública [...]” (Polícia [...], 23 fev. 1965, p. 7).

No dia seguinte, o comandante geral da Polícia Militar de Pernambuco, coronel Silvio Cahu, assumiu a responsabilidade pela repressão ao trote de medicina, ratificando, sem arrependimentos, que cumpriu com “obrigação e o dever de reprimir abusos, demonstração de má educação e o desrespeito ao povo em geral e a sociedade pernambucana”. Ressaltou, ainda, que o trote poderia ser engendrado por “provocações de gente que se esconde sob a capa de estudante, com finalidade de agitar, desrespeitar o povo, subverter a ordem pública e ofender as autoridades constituídas” (Trote provocou [...], 24 fev. 1965, p.7).

No jornal, articulistas se manifestaram contrários aos estudantes. Na coluna “Retrato da Cidade”, o articulista Severino Barbosa (25 fev. 1965, p. 1) destacou:

[...] o que a polícia devia fazer logo, era proibir de vez a saída dos tais trotes, que de tradição não tem nada.

O trote é aquela imoralidade que todo mundo conhece.

Imoralidade combatida pelos estudantes de bom senso e repudiada por toda a sociedade.

Na mesma edição, na coluna “Periscópio” (25 fev. 1965, p. 14), afirmou-se:

As autoridades policiais em boa hora, parecem ter acordado [...]. O episódio, lamentável, do trote de segunda-feira tem-se a impressão não passava de um teste: queria-se experimentar até onde o governo estava disposto a reagir, na defesa da ordem. Pagaram para ver e viram.

A partir da manifestação dos articulistas e da Secretaria de Segurança Pública, demonstra-se que há um movimento para condenar os trotes por considerar que seriam práticas subversivas ao regime. Nesse sentido, as materialidades existentes parecem nos indicar que o discurso do regime autoritário de visualizar o inimigo interno em cada manifestação seria a práxis que reinaria nos anos seguintes, quando há um recrudescimento do golpe civil-militar e normativas legais impedem o livre pensamento, principalmente com a instauração do AI-5¹⁰.

Considerações finais

O trote estudantil é um ritual que precisa ser aprofundado. De acordo com Damatta (1990, p. 59), “para cada domínio estabelecido, descoberto ou a descobrir, a palavra ‘rituais’ poder ser aplicada, pois um rito dele pode nascer. Em outras palavras, todas as esferas do mundo social podem ser vistas como sendo capazes de engendram ‘ritos’”.

Assim, os rituais que iniciaram nas primeiras academias na Grécia antiga instituíram práticas culturais que foram se modificando com o tempo. O tom alegre, muitas vezes comum nos trotes, coloca-o em oposição com a seriedade. Para Bakhtin (1999), o tom sério afirmou-se como a única expressão da verdade, do bem, e de tudo que deva ser importante e considerável. “O medo, a veneração, a docilidade etc., constituíam por sua vez os tons e matizes dessa seriedade” (Bakhtin, 1999, p. 63).

¹⁰ O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, foi o mais duro da ditadura civil-militar. Ele decretou a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspendeu os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassou mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (Brasil, 1968).

Dessa forma, o pesquisador de história da mídia deve estar atento aos rastros comunicacionais presentes nos fragmentos jornalísticos. A partir das narrativas jornalísticas, pistas e detalhes menores, encontrados nos arquivos de jornais, podem ser desvelados textos, modos de falar, representações de si e dos outros, formas de sociabilidade como expressões do vivido (Farge, 2009).

Assim, consideramos que a repressão aos trotes estudantis foram expressões de práticas do autoritarismo do regime vigente. Cabe lembrar que depois dos embates com o Exército, em 1962, os estudantes recifenses já enfrentavam uma censura prévia a liberdade de pensamento, expresso por eles nas mensagens humorísticas em seus trotes. A sociedade brasileira parece não tolerar o riso, em oposição ao lugar da sobriedade, como destaca Bakhtin (1999). Sob a alegoria de que não se tratava apenas de riso, chacota, os militares caracterizaram a manifestação dos jovens estudantes como uma ameaça à soberania nacional.

Sessenta anos depois do golpe civil-militar, cabe a nós, pesquisadores de história da mídia, olhar com atenção as pistas deixadas por esse acontecimento, pois ainda persistem no tempo presente manifestações de autoritarismo que buscam rotular qualquer ato estudantil nas universidades como “baderna”, descaracterizando a universidades como lugar do saber. Nesse sentido, analisar a cobertura do *Diário de Pernambuco* sobre os trotes reconstitui sentidos que nos permitem pensar os atos memoráveis contra o regime militar.

O estudo ainda nos permite inferir que a contestação ao regime civil-militar pode ter se configurado de atos simbólicos manifestados no cotidiano, nos quais as pessoas comuns traziam suas inquietações, dúvidas e questionamentos ao poder instituído. O riso e o escárnio precisaram ser “calados” à força do poder constituído, demonstrando que o autoritarismo parece ser um componente da sociedade brasileira que atravessa séculos. Se a memória nacional buscou consolidar a ideia de que os estudantes foram subversivos que pegaram em armas, o primeiro instrumento de contestação nasceu sob o signo do escárnio, para demonstrar que o medo não pode guiar as ações do povo nem da sociedade.

Assim, ao analisar as narrativas dos trotes estudantis, identifica-se que o jornalista se torna também um senhor da memória, a fim de identificar como grupos políticos, agentes do Estado atuam para instituir “mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, 2013,

p. 426). Para tanto, é dever do pesquisador de história da mídia reconstituir as lacunas e os silêncios da História.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2017.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público** (os diários do Rio de Janeiro 1880-1920). 1996. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1996.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Rio de Janeiro. n. 12, p. 51-62, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17385>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Severino. Trote. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 140, n. 47, 25 fev. 1965. Segundo Caderno, coluna Retrato da Cidade, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=34619. Acesso em: 3 dez. 2023.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras escolhidas, v. 1.

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. Coleção Nordestina.

BLÁZQUEZ, José María. La Academia de Atenas como foco de formación humanística para paganos y cristianos. Los casos de Juliano, Basilio y Gregorio Nacianceno.” **Gerión. Revista de Historia Antigua**, n. 19. p. 595-628, 2001. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GERI/article/view/GERI0101110595A>. Acesso em: 3 dez. 2023

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 65-69.

BRAGGIO, Ana Karine. A gênese da reforma universitária brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-26, 19 set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42983>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, [1968]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 5 maio 2024.

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario [...]. Legislação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1931]. [Estatuto das universidades brasileiras]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUP Disponível em: ART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

COMUNICARAM ao 4º Exército. **Diário de Pernambuco**, ano 137, n. 55, p. 3. Recife, 10 mar. 1962. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=15327. Acesso em: 3 dez. 2023.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: Para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: EditoraGuanabara, 1990.

EXÉRCITO quer antecedentes dos que dirigiram o trote. **Diário de Pernambuco**, ano 137, .45, p.3. Recife, 24 fev. 1962. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=15137. Acesso em: 28 dez. 2024.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo** 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

⋮

“FERAS” DE ENGENHARIA levaram trote; hoje, os de direito. **Diário de Pernambuco** Recife, ano 135, n. 40, 18 fev. 1960. Primeiro Caderno, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=989. Acesso em: 4 nov. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBGE. Biblioteca IBGE. [S. d]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=440305&view=detalhes>. Acesso em: 6 maio 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed - revista. Campinas: SP: Editora da Unicamp. 2013.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). *In*: Boris Fausto (org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed.. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 53-106.

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo: EPU: Edusp, 1973.

MUDANÇA do trote. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 139, n. 95, 26 abr. 1964. Primeiro Caderno, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=28901. Acesso em: 10 dez.2023.

OBITUÁRIO. O Globo, Rio de Janeiro, ano LXXI, n.22778, 4 abr.1996. Primeiro Caderno, p.14. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 28 dez.2024

O POSTE e o discurso. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 138, n. 32, p. 3, 7 fev. 1963. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=21109. Acesso em: 10 dez. 2023.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Massangana, 1984.

PERISCÓPIO. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 140, n. 47, 25 fev. 1965. Segundo Caderno, p14. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=34624. Acesso em: 28 dez. 2024.

PLATÃO. **Filebo (o prazer, a vida boa)**. Belém, PA: UFPA, 1975.E-Book.

POLÍCIA dissolveu a pau o trote estudantil: comunistas aproveitaram-se dos “calouros” para programa subversivo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 140, n. 45, 23 fev. 1965. Primeiro Caderno, p. 7. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=34587. Acesso em: 11 dez. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revistas Estudos Históricos**. v.2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 4 maio 2014.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário essencial de Comunicação**. Lexikon, 2014.

REALIZADO ontem, à tarde, o trote dos “feras” de Medicina. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 135, n. 47, 26 fev. 1960, p. 3. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=1149. Acesso em: 11 dez 2023.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias** - o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TAMBÉM SEM INCIDENTE o “trote de Medicina: Bom humor e críticas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, n. 48, p. 5, 28 fev. 1962. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=15213. Acesso em: 11 dez. 2023.

TANQUES esmagaram “Tanques”: críticas foram consideradas injuriosas às Forças Armadas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, n. 42, p. 3, 21 fev. 1962. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=15095. Acesso em: 11 dez. 2023.

TROTE DOS FERAS dissolvido a pau. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 140, n. 45, 23 fev. 1965. Primeiro Caderno, p. 1. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=34581. Acesso em: 11 dez. 2023.

TROTE PROVOCOU definição do comando da PMP e reuniões na Seg. Pública. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 140, n. 46, 24 fev. 1965. Primeiro Caderno, p. 7. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=34603. Acesso em: 11.dez 2023.



UNE VOLANTE: contacto com a UES. Diário de Pernambuco, ano 137, .45, p.6. Recife, 24 fev. 1962. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=periscopio%201961&pagfis=15140 . Acesso em: 28 dez.2024.

WEBER, Max.. Classe, *status*, partido. I: VELHO, Otavio Guilherme; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; BERTELLI, Antonio Roberto (org.). **Estrutura de classes e estratificação social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1977. p. 57-56.

Submetido em: 08.05.2024

Aprovado em: 25.07.2024

